

## **Intervenção de Carlos Almeida (MPPM) na Manifestação de 6 de Abril de 2024 em Lisboa**

Seis meses passaram. Seis meses de morte e destruição, sangue, chumbo e metralha. Seis meses de mentiras e cinismo, de humilhação e chantagem; seis meses de massacre, frio, automatizado; seis meses de crueldade e ignomínia. Seis meses a inventar palavras para nomear o indizível; seis meses de superlativos que dão voz à dor e à raiva que carregamos no peito; seis meses a simular normalidade, mesmo quando, entre os corpos estropiados, o pânico no olhar das crianças, o sofrimento sem limite que a cada hora nos sobressalta, tudo em redor parece menor ou até fútil. Seis meses que nos ficam para sempre gravados na pele, que não esqueceremos nunca, que haveremos de recordar em cada momento que nos falarem da “superioridade dos valores ocidentais, europeus”, ou o mais que lhes quiserem chamar.

Seis meses, também, a levar a bandeira da Palestina a todos os lugares, seis meses a construir movimento, a encher avenidas e praças, a espalhar a notícia, a esclarecer e a informar, a despertar consciências, a trazer outro amigo, tantas e tantos amigos também. Seis meses de abraços, a aprender novas línguas e a soletrar os sons que, em cada uma, tecem a palavra liberdade. Seis meses a descobrir nos hinos antigos o ânimo para suportar esta longa e penosa jornada. Seis meses a soltar a criatividade, a produzir novas formas, cores e sons, para convocar a reunião, chamar o protesto, a conversa com os poetas, apenas o encontro, que a solidariedade quer-se sempre bonita, viva e alegre. Seis meses a admirar a resistência heróica do povo palestino, a sua coragem e determinação, a sua inabalável esperança, o exemplo de nobreza todos os dias dado ao mundo na mais extrema e violenta provação.

A má notícia é que hoje, seis meses decorridos, não vislumbramos ainda o dia em que o pesadelo termine. Entre a fúria assassina de Israel e o pérfido calculismo e tacticismo dos EUA e dos seus seguidores na Europa, o genocídio do povo palestino prolonga-se, um dia depois do outro, em Gaza, na Margem Ocidental, em Jerusalém. A agressividade de Israel estende-se a toda a região e ameaça mergulhar o Médio Oriente numa confrontação de imprevisíveis consequências para todo o planeta. Por isso, a exigência do fim do massacre, conforme a resolução aprovada no Conselho de Segurança da ONU, tem de continuar a ser a nossa prioridade, uma reclamação que é preciso proclamar todos os dias, por todas as formas, em todos os lugares. Um passo que tem de ser acompanhado pela retirada incondicional do exército de ocupação israelita, o levantamento do bloqueio ilegal e criminoso sobre a faixa de Gaza, e a mobilização internacional de toda a ajuda humanitária de emergência que só pode ser coordenada, dirigida, executada por ninguém mais que não sejam as agências das Nações Unidas. É de alimentos e medicamentos que o povo palestino em Gaza neste momento precisa, de casas, escolas, hospitais e centros de saúde, não de mais soldados, tanques e aviões, vedações ou sistemas de vigilância como os que há décadas atormentam o seu quotidiano.

Para tal, é imperioso reforçar o financiamento e os recursos disponibilizados para a operação da UNRWA, a agência da ONU para os refugiados palestinos. Desde a primeira hora, a UNRWA constituiu um objectivo central da agressão de Israel contra Gaza. O assassinato deliberado de funcionários da ONU, sobretudo da UNRWA – o mais elevado alguma vez registado na história da organização – o bombardeamento e completa destruição de infra-estruturas, escolas e serviços de saúde da UNRWA serviu, em primeira instância, os intentos genocidas da campanha militar, mas visava objectivos mais vastos. A existência da UNRWA consagra a responsabilidade internacional sobre a condição dos refugiados palestinos e a centralidade da sua situação para uma solução justa da questão palestina. Ela testemunha o pecado original inscrito na génese do estado de Israel, o que os palestinos designam como

Nakba. Assim se explica que, a par dos assassinatos e bombardeamentos, Israel tenha lançado uma violenta campanha de mentiras, calúnias e deturpações, imediatamente apoiada pelos EUA e as principais potências europeias e prontamente ampliada pelos grandes meios de comunicação social, com o único propósito de descredibilizar a UNRWA, paralisá-la e, no limite, provocar a sua extinção.

Absolutamente urgente é também a libertação dos reféns, de todos os reféns, daqueles que estão em Gaza, detidos pelas forças da resistência palestina e sujeitos à fúria dos bombardeamentos massivos e indiscriminados de Israel, e os milhares encarcerados nas prisões do sionismo, privados de alimentação condigna e assistência médica, sujeitos a torturas e a toda a sorte de sevícias e insultos.

Tudo isto realizado, nós sabemos, e não será ainda de paz que falaremos. Porque não haverá paz, enquanto o povo palestino não for livre, enquanto prosseguir o projecto de limpeza étnica do território histórico da Palestina, enquanto durar o sistema de ocupação, colonização, segregação e apartheid imposto por Israel, enquanto o povo palestino não puder exercer em liberdade o seu direito soberano à autodeterminação conforme a Carta das Nações Unidas estabelece e as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral impõem, sem tutelas nem condicionantes. Na Palestina, há um ocupante e um ocupado, um opressor e um oprimido, quem grosseiramente afronta o direito internacional e viola as resoluções das Nações Unidas e quem reclama por justiça, respeito, liberdade.

Depois do genocídio em Gaza, do massacre brutal e indiscriminado, da fome como instrumento de tortura e subjugação, não há lugar para hesitações ou sofismas, toda a ambiguidade significa cumplicidade. É simplesmente intolerável que, ao cabo destes seis meses, a União Europeia mantenha inalterado o acordo de cooperação firmado com Israel. Que muitos países, a começar pelos EUA e por vários estados da União Europeia, mantenham estreitas relações militares com Israel, vendendo armas ou, até, participando, de uma ou outra forma, na chacina em Gaza. O isolamento internacional de Israel, o julgamento dos seus crimes nas instâncias internacionais, designadamente no Tribunal Internacional de Justiça, é um dever que obriga todos e cada dos estados. E Portugal também. Queremos saber, temos o direito de saber, toda a verdade sobre a natureza das relações de Portugal com Israel. Existe, entre Portugal e Israel, alguma forma de cooperação militar ou de fornecimento de material ou equipamento que possam ser usados para tal fim? Foi o território português usado para o trânsito de equipamento militar ou susceptível de ser usado com esse propósito destinado a Israel? São perguntas simples, que aguardam respostas cabais.

Aqui, neste lugar que é casa da democracia conquistada com a revolução dos cravos, cujo cinquentenário vamos comemorar, uma revolução que se fez também contra a guerra, o colonialismo e o racismo, pela liberdade e a soberania dos povos, queremos reafirmar o dever de Portugal, dos órgãos de soberania, de conduzirem uma política que, em conformidade com a Constituição, defenda de forma intransigente os direitos do povo palestino. O momento que vivemos demanda clareza. Quem, por acção ou omissão, faltar ao seu dever de solidariedade com o povo palestino, carregará para sempre a culpa de ter arrastado Portugal para o lugar errado da história. Aí estivemos já uma vez, quando por todo o mundo se reclamava a libertação de Nelson Mandela e o fim do apartheid na África do Sul. Não permitiremos que, de novo, o nome de Portugal, o nosso nome, de todos os que aqui vivem e trabalham, seja manchado com tal vilania. Exigimos que, de uma vez por todas, Portugal reconheça o Estado da Palestina nos territórios ocupados em 1967, com Jerusalém Leste como capital e o direito dos refugiados palestinos ao retorno ou à justa compensação, nos termos das resoluções pertinentes das Nações Unidas. E reclamamos que o

Governo Português defenda esse princípio em todos os lugares e, desde logo, na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Seis meses decorridos, aqui estamos, engolindo a angústia destes dias sem fim, o murmúrio de um século de provações, mas animados, sempre, a prosseguir esta luta, que é justa e é nobre. Voltaremos à rua amanhã, entre a Praça do Município e o Largo do Intendente, e quantas mais vezes forem necessárias até que a paz prevaleça e a liberdade do povo palestino seja alcançada. Continuaremos a levar a bandeira da Palestina a todos os lugares, a esclarecer, informar, denunciar, organizar. Será por ela também que, em Abril e em Maio, desceremos a avenida, que encheremos ruas e praças porque, sabemo-lo todas e todos os que aqui estamos, a nossa liberdade, o nosso 25 de Abril, não está completo enquanto durar a opressão do povo palestino.

25 de Abril sempre!  
Palestina vencerá!